

GROSRICHARD, Alain. *Estrutura do Harém. Despotismo asiático no Ocidente clássico*. Tradução de Lydia H. Caldas. S. Paulo: Editora Brasiliense, 1988 (246 p.).

Res. por Augusto Zanetti<sup>1</sup>

Alain Grosrichard é professor do Departamento de Psicanálise na Universidade de Genebra. Em seu último livro, *Estrutura do Harém*, intercala procedimentos epistemológicos da psicanálise de tendência lacaniana com definições retiradas da filosofia política. Além disso, Grosrichard reúne estes discursos, aparentemente tão afastados entre si, com as descrições de viagem ao Oriente próximo. Grosrichard articula a reflexão filosófica dos iluministas — franceses e alguns britânicos (incluídos ou não nesta denominação) com relatos de viagem ao império Otomano, Persa e até Mongol nos séculos XVI, XVII e XVIII.

O quadro que emerge desta inusitada confluência multi-disciplinar retém os inúmeros dispositivos produzidos na construção imaginária do Despotismo oriental. Desde a *Política* de Aristóteles, o Oriente é o centro geométrico, onde a problemática da Alteridade se inscreve. Grosrichard, retomando esta obra, desvenda a representação que os gregos fazem de si, enquanto agentes da ordenação da cidade-estado. O Despotismo (palavra de origem grega) surge, na reflexão aristotélica, confrontando com as constituições das "Polis" gregas. Ele seria o produto da invasão do mundo doméstico no público. A coerção presente no espaço privado, no interior do qual esposas, filhos e escravos estariam sob jugo paterno, prolongar-se-ia no espaço público. Neste sentido a sombra do "Pater familia" recobriria quaisquer modalidades, ou procedimentos, objetivando participação nos negócios do Estado.

---

1 Pós-graduando em História Social—Departamento de História/FFLCH/USP.

O que Aristóteles configura, ao delinear os contornos do Despotismo oriental, é a distância que separa o grego civilizado do bárbaro asiático. O filósofo estagirita pretende frisar a centralidade civilizatória grega, em contraste com a selvageria — oriental onde cada indivíduo torna-se membro da esfera familiar atada às necessidades; no âmbito da qual, em suma, o reino da violência impede esvaziando a livre manifestação da cidadania, a denominada "Bios Políticoi".

Neste contexto, é a obra aristotélica referência básica para Montesquieu nas *Cartas Persas* e no *Espírito das Leis*. Ele percorrerá nestes escritos a mesma trilha indicada pelo pensador grego. O Oriente Despótico aparece em Montesquieu, como espectro —, invocado para melhor afastar o perigo interno no "Antigo Regime". Repropondo a mesma linha de abordagem contida na *Política*, Montesquieu elabora a representação do Oriente Despótico factível de ser reproduzida no Ocidente. Esta impressão se consolida, adquirindo relevância, quando comentada pelos exóticos ou apavorantes relatos de viagem ao mundo oriental.

Observa-se, então, que os dois pensadores põem em cena a recorrente questão que atravessa toda a antropologia e perpassa a psicanálise: a relação existente entre o Outro e o Mesmo. Produzindo a máscara da diferença, estes dois filósofos criam simultaneamente o conceito de Despotismo, definição essencial que serve de fundamento para os enunciados da filosofia política, procedimento formulador dos estatutos do saber político, que destaca a preponderância de uma cultura sobre outra. Enquanto para Aristóteles o despotismo está associado aos persas invasores que caberia a Alexandre helenizar, para Montesquieu, o temor deixou de ser a conquista do ocidente pelos muçulmanos, adquirindo a certeza que o perigo real se encontra na Monarquia do "Rei Sol". Portanto, é ainda a imagem do despotismo que permite ao filósofo francês articular os pressupostos inerentes às críticas lançadas à sociedade absolutista.

Estabelecidos estes iniciais balizamentos conceituais do despotismo, Grosrichard passa em revista a literatura sobre os relatos de viagem. O painel que aí desponta é o da monstruosidade do déspota — senhor cuja espada, sempre erguida, estaria pronta para transformar-se de temerosa ameaça em promessa realizada. O súdito-escravo viveria sob o domínio do medo e da sanha assassina do Sultão, que disporia como bem entendesse da vida de cada um e de todos. É a configuração do ódio incontido, que perpassa de ponta a ponta a sociedade oriental. Força avassaladora que provoca reações de apatia e servidão

humilhante: único meio de escapar com vida da ensandecida vontade do carrasco real. Preservar a existência cria o hábito da vilania, da perfídia e da rastejante dissimulação no homem oriental. O limite extremo tolerado desta insuportável situação é a revolta destrutiva, que se extingue com a morte do senhor. Este é o instante singular mediante o qual o escravo-súdito atinge a humanização. Rebelando-se, o homem do povo afirma a sua honra, mas de maneira aviltada pois, de permanência na memória do outro, transforma-se em amor próprio (narcisista). A revolta produz os assassinos do pai. Estes parricidas suscitarão a desconfiança generalizada. Disto decorre o desaparecimento da própria memória da honra, na medida que ela só pode continuar existindo quando é reconhecida pelo outro, neste caso irmão ou súdito. A honra é sempre uma recordação situada no outro, jamais pode se afirmar nas reminiscências pessoais. As contínuas sublevações relatadas pelos viajantes, ao mesmo tempo que restabelecem o despotismo, não asseguram a perenidade da honra, a não ser de forma muito degradada — como honra narcisista —.

Dentro deste quadro descrito como pavoroso, Grosrichard volta sua atenção para os Vizires. Escolhidos entre os indivíduos comuns, nenhuma distinção peculiar acompanha suas nomeações. Eles tem a obrigação de agir mas relutam, pois qualquer ato falho pode provocar o descontentamento do Sultão, tendo como consequência a entrega obediente de suas próprias cabeças em uma bandeja. Os Vizires tem a função de serem o suporte especular de seu senhor, refletindo a imagem que acreditam ser do agrado ao déspota, cuidando de recobri-lo de dádivas, que aumentem seu poderio e principalmente sua vaidade. Os Vizires são, portanto, em sua tremenda precariedade (medida com a vida), os olhares do Sultão, a vigilância visual "que está em toda parte e em lugar nenhum". Nada pode escapar do atento esquadrinhar "panótico" deste suporte visível do Grão Senhor. E quanto mais intermediários estiverem comprometidos com a rigorosa espionagem, mais se consolida a transcendência do poder, tanto na dimensão simbólica, como na imaginária. A crença na onisciência do Sultão emerge intacta e engrandecida, em função da estratégia multiplicadora do olhar, e o pânico do aniquilamento suscitado em cada Vizir.

O medo temperado pelo ódio emoldura a imagem monolítica do despotismo oriental. A submissão dos súditos está entrelaçada à disciplina do exercito real (heroísmo no campo de batalha, ou condenação da covardia desertora, seguida de sentença de morte) e ao olhar onipresente dos Vizires. O lugar simbólico do poder está circunscrito no Único, local onde o exercício da dominação flui e refluí

em ondas concêntricas. O corpo imaginário do Sultão se manifesta nos súditos sem qualidades, nos soldados, que vivenciam a bravura nos campos de batalha e, por fim, na reprodução do olhar despótico dos Vizires. No entanto, o horripilante temor que o despotismo emana, o seu parecer político intimidatório, não consegue apreender as condições intrínsecas de sua existência. Definir o despotismo pela crueldade de um indivíduo parece muito simplificador. Senão, como explicar a perenidade da instituição despótica depois de tantas rebeliões, que derrubaram tantos Senhores? Montesquieu arriscaria dizendo que o fator explicativo de tamanho horror deveria ser procurado na composição climática do Oriente. Resposta insatisfatória que o próprio Montesquieu teve ocasião de melhor precisar.

Assim, a definição do Despotismo pelo temor teve que ser atenuada, quando viajantes e filósofos deixaram de concentrar suas atenções nos súditos, no exército e nos vizires. A análise deslocou-se, então, para o aspecto religioso do Oriente, bem como o que lhe está vinculado: a estrutura do harém. O aspecto da crença muçulmana e a organização do espaço contíguo ao palácio real, que, emblematicamente, representa a sexualidade oriental, reformula a imagem consagrada do Despotismo. Neste passo, se a religião islâmica propõe um paraíso carnal sensualmente efetuado, é claro que atrai sobre si o escárnio do cristianismo. A visão edênica católica não deixa dúvidas sobre sua total espiritualidade. O islamismo é, nesse sentido, apontado como produto mais bem acabado da ação deletéria de um indivíduo inculto, grosseiro e impostor. As manifestações de horror, unidas ao veemente motejo dirigido ao fundador da religião maometana, acompanham peças teatrais, ensaios e estudos empreendidos no afã de contestar a originalidade desta crença. É verdade que, no caso de Voltaire, esta crítica abrange a total repulsa à religião revelada e ao exercício do sacerdócio: mas se ele lembra as poucas encenações de sua peça, esta permanece sendo o libelo substantivo contrário a Maomé e sua religião. Este exemplo esclarece a pertinência do Despotismo no pensamento ocidental, mesmo quando o Islã deixou de representar ameaça invasora.

De onde se originariam toda esta profusão de obras destinadas ao estudo do exotismo islâmico? Seria mera curiosidade que alimenta a reflexão desinteressada do moralista, do filósofo ou do escritor? No caso específico da religião maometana, residem argumentos que não podem simplesmente permanecer limitados ao mero desrespeito da diferença. No século XVIII, o perigo de uma invasão muçulmana já não existia ou representava preocupação

central para a Europa católica. O alerta, ao contrário, se expressava nomeadamente no interior da sociedade produtora dos discursos sobre o "outro".

A dissolução dos costumes, o naufrágio do matrimônio e a desordem amorosa do "Ancien Régime" põe, em sobressalto os pensadores do século das luzes. Uns e outros se sucedem advertindo quanto à ameaça da orientalização da monarquia francesa, reconhecendo que a distância entre o regime do "Rei Sol" e o Despotismo do Grão turco é menor do que previsto. Montesquieu adverte, manifestando o temor que uma forma de governo semelhante à asiática representaria para a nobreza. Salienta que o Despotismo significaria a perda de todos os privilégios tradicionalmente ligados à nobreza, direitos assegurados pelo nascimento. Com um déspota no poder, a nobreza estaria na mesma posição dos Vizires, sofrendo semelhante temor e igual arbítrio. Voltaire, por sua vez, lembrando que a monarquia Bourbon foi a que mais respeitou os direitos do homem, não lhe faz, contudo, a defesa; deslinda as intenções contidas nos escritos de Montesquieu, que beneficiam a causa da nobreza e redige peças teatrais contra Maomé. Rousseau, ao contrário, imerso em seus delírios paranóicos, quando examina o Despotismo o faz com a intenção de elaborar sua teoria do casal puro e feliz fundado na natureza. Em Diderot, por sua vez, as relações conjugais forjar-se-iam a partir do cálculo, da matematização dos pares, em função do desenho geométrico das jóias, que cada indivíduo ostentaria. As figuras deveriam, portanto, encaixar-se perfeitamente, sinal que a natureza e o trabalho humano materializado no perfeito talhe da pedra fundir-se-iam em uma única entidade. A cientificidade da escolha dos casais garantiria a indissolubilidade, pois esta estaria assentada na mais completa objetividade, imune tanto aos interesses quanto às paixões fortuitas.

Tendo assim revelado a extensa literatura consagrada à religião islâmica, Grosrichard resgata o debate dos "iluministas" sobre a dissolução dos costumes no "Antigo regime". A partir deste inventário, Grosrichard afirma que todos os autores mencionados guardam, quando confrontados com o oriente, algo que é condição "sine qua non" do Despotismo: a existência do harém. É este que assegura e consolida a imagem da depravação; é ele, pois, que exige o uso da força bruta para não se desintegrar. É nesta perspectiva que Montesquieu propõe, nas *Cartas Persas*, na carta de um dos senhores afastados temporariamente de seu harém (vivendo em Paris, já podendo ser considerado um indivíduo "civilizado"), que a explosão de sua ira se assemelha a um relâmpago no meio de trovões e tempestades. A eclosão de uma revolta no harém, relatada em uma

carta pelo chefe dos eunucos, provoca a cólera desmedida do senhor distante. Somente a truculência repressiva do Pai acompanhada pela vigilância do eunuco podem sufocar os incomensuráveis desejos, que medram em cada recanto do harém. A obediência dedicada ao Pai, senhor do harém, (que concentra ao seu redor todas as mulheres desejáveis) impõe o uso da brutalidade para afastar a inveja e a realização dos prazeres dos filhos. A autoridade se legitima na medida que aplica e observa a Lei interna ao harém (sem a qual ele deixaria de existir) e repele a lubricidade dos súditos. Esta dimensão do poder explica a recondução de um novo Grão-senhor, depois de deposto e assassinado o anterior. O recolocar no poder um novo déspota, paradoxalmente, é assegurar a manutenção do prazer. Pois, a inveja dos excluídos suscita ódio irrefreável (motivo de novas rebeliões), que contudo, promove renovado prazer. O harém exemplifica *Totem, Tabu* freudiano: a morte do pai pelos filhos, e sua reposição simbólica através da Lei. O sentimento de culpa e o temor do caos social dos desejos obrigam a restauração da Lei do Pai e sua proteção.

Mas se esta leitura consente apreender o medo da desagregação dos costumes, com a provável orientalização do ocidente e o surgimento de uma forma de harém; esta perde de vista, mesmo porque não é sua intenção, os mecanismos internos, ou melhor dizendo, a estrutura do serralho.

"O curioso é que, embora os testemunhos dos viajantes coincidiam em apresentar o serralho oriental como um inferno de perversão, a imagem retida e difundida através da literatura e do teatro é a de um mundo rigidamente sujeito à norma de uma heterossexualidade ciosa de sua hierarquia (mulheres submetidas ao homem através de eunucos), sendo a base da estrutura do poder despótico na qual se insere. Ao que parece, é nessa imagem que se deseja acreditar. Talvez se diga que se os leitores e as leitoras se comprazem, até meados do século XVIII, nas intrigas galantes ou trágicas, mas sempre apaixonantes, engendradas por esse mundo carcerário, é que vêem nessas mulheres enclausuradas em harém, onde aguardam ser possuídas por um marido que nunca viram e nesses homens de glória fugaz, que valem a pena segundo a cotação estabelecida pelo senhor soberano, uma edificação piorada da vida cotidiana do súditos de um rei cristianíssimo. Mas essa representação do serralho é mais do que uma caricatura: revela ao naturalizá-lo e ao subjetivizar seus elementos a própria estrutura do poder despótico oriental bem como, mais profundamente a própria estrutura, o solo arqueológico no qual, segundo ele, a sociedade civil e política ocidental se apóia"... (p. 231). Esse mundo de ordem e de disciplina, essa "nova harmonia"

instaurada e entretida pelos eunucos são apenas dispositivos de fachada, que escondem um inferno de depravação e de perversão, no qual arde um desejo incontrolável, que fala na linguagem codificada do enigma figurado; um deserto de esterilidade, onde a diferença dos sexos some, onde as relações hierárquicas chegam mesmo a se inverter, onde o senhor, longe de ser macho todo-poderoso que parece, é apenas um nome recobrando uma criatura efeminada desprezível, aniquilada no seio da mãe. É ela, que com o punhal na cintura e rodeada de seus janízaros femininos e de seus eunucos, tem nas mãos as rédeas do Império" (p. 231 e 232).

A imagem da disciplina férrea do Despotismo, forjada pelo Ocidente, não elimina a depravação que lhe é intrínseca. O quadro de perversão compõem-se a partir da religião islâmica que permite a poligamia, e concebe um paraíso pecaminosamente carnal: além de engendrar o imaginário do harém, enquanto negação do casamento monogâmico e secularização do édem sexualizado. Estas duas chocantes realidades vão atrair o interesse analítico do homem ocidental cristianizado. A empática visão do harém rigidamente normatizado, dá lugar à repulsa dos procedimentos sexuais, que colidem com a educação, leituras, instrução e proximidade da autoridade paterna desenvolvida na sociedade europeia. Chega-se à conclusão que o Despotismo é o produto da permissibilidade confirmada na religião do profeta e no que lhe decorre: a necessidade de reprimir as pulsões desejantes e prazeirosas que fluem no palácio habitado pelas mulheres. A truculência cristalizada na Lei paterna torna-se a única saída possível, numa realidade onde a tensão libidinal está permanentemente presente. O clima e a aridez do solo serão invocados por Montesquieu para justificar esta transbordante sensualidade fundindo à presença do Serralho fatores de ordem "física", (o calor afrodisíaco e a terra estéril) que afastam a caracterização dos "mores", pela até então, aclamada teologia da história.

Montesquieu e outros pensadores não desejam cair no arcaísmo representado pelo Oriente asiático: perigo sempre atual em decorrência da corrupção dos costumes vivenciada no século XVIII. Propor, portanto, a transformação da monarquia absolutista em Despotismo significaria provocar a rejeição tanto da nobreza, quanto da burguesia; cujo projeto de soberania popular estaria fadado à completa denegação. No entretanto, a continuar mantendo-se a situação vergonhosa, observada sob o prisma dos costumes, da família e das relações sexuais, o Despotismo não seria tão inconcebível e nem tão pouco

estranho à monarquia do Rei Sol. O Despotismo, além de tudo, garantiria, na esteira dos mais recônditos desejos da monarquia francesa, um regime que funcionaria tal qual uma máquina (sonho acalentado por uma era já marcada pela celebração da máquina), que repropõe continuamente o mesmo movimento.

Em face deste dilema, o Ocidente produz a imagem do "Outro" como alerta, perigo e recomendação que a luxúria, a promiscuidade aí se encontram atuantes sob a violência e o domínio do mais hediondo terror.

Operação, sem sombra de dúvida, notável através da qual a reflexão produz a alteridade, como caricatura de si: projeção no Outro do Mesmo agenciando demandas de disciplinarização, que encobrem a diferença que preside à lógica da fundação do "Mesmo".

"O serralho é o cerne da máquina despótica que agora surge como uma máquina 'celibatária', ou, em termos mais clássicos, como um movimento perpétuo, sonho irrealizável deste século mecanicista produtor de autômatos..." (E) quanto mais se se obedece mecanicamente ao nome, tanto mais se acredita apaixonadamente no Ídolo" (p. 243). O serralho, graças à sua estrutura particular tem por efeito engendrar necessariamente a ilusão despótica (gozo reconduzido ao motor na pessoa do déspota) cujo núcleo é a crença num detentor único e absoluto do poder de potencialidade sexual inexaurível. Mascarada formidável, um desejo irredutível e perverso não cessa de brotar sob a dura Lei instaurada pelo Eunuco (sem o qual não é a alteridade definível negando através desse procedimento a existência do Um e dos outros). Goza-se em todo o serralho do que é interdito gozar e porque é interdito gozar" (p. 243). Mas esse efeito é incontrolável. A nova harmonia hierárquica proposta pelo Eunuco, divisora das relações humanas e instituidora dos procedimentos sexuais, malogra completamente; o gozo ilimitado se inscreve na transgressão que necessita da Lei para se manifestar.

Assim, o corpo imaginário do déspota, lugar de onde emana o poder consubstanciado no social não cessa de brilhar em sua transcendência "destruidora de Vizires". De puro ubíquo, atrai o olhar do viajante que se dobra à sua constituição "maquínica", enredado na armadilha do interdito promíscuo representado pelo harém. O novo "Odiseu" moderno legítima a Lei do Pai, pois faz desta o centro estável de suas observações de viagem. Mesmo quando a Lei sustenta o clima de terror instaurado pelo Sultão ou assegura a manutenção da lasciva estrutura do harém, é ainda ela que seduz, como as sereias homéricas a percepção observadora do viajante.

Neste sentido, é o corpo do déspota oriental que cativa as atenções dos viandantes europeus carregadas de censuras dirigidas principalmente ao harém. De maneira que, nestes relatos de viagens afirmam-se, a grosso modo, duas linhas de abordagem: a reverência celebrativa ao poder transcendente do Sultão, que cuida para que o eunuco aplique o rígido código prescritivo inerente ao serralho; e as avaliações moralmente negativas desta instituição oriental. Simultaneamente as estas duas leituras, Grosrichard aponta outras duas: a que brota da empática relação mantida com o Oriente, construída em torno da licenciocidade (por exemplo das *Mil e uma Noites*) envolvida de exótica sensualidade; e, por outro lado, a apreciação negativa da repulsiva obscenidade do déspota.

Cingidos à formulação de uma nova representação simbólica do poder e de um imaginário universalizador, os filósofos "iluministas" e os viajantes produzem a imagem do Despotismo. Espectro animado, cuja criação serve para melhor forjar o "Mesmo" do Ocidente clássico; representação do Oriente pelo Ocidente, passagem necessária do obscuro "barbarismo" ao primado da razão instituída. Estratégia que supõe, em última análise a fórmula consagrada por Robespierre: governar bem e ter boa conduta devem estar intimamente ligados.